

## **Estrutura urbana e dinâmica populacional: Ensaio sobre as lógicas de mobilidade e imobilidade espacial**

Urban structure and population dynamics: Essay on the logic of spatial mobility and immobility

**Érica Tavares**

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos); Pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ) e Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

### **Resumo**

Este trabalho busca analisar a mobilidade espacial da população no espaço metropolitano, especialmente por sua relação com os elementos da estrutura urbana, como o acesso à moradia, ao mercado de trabalho e às condições de deslocamento no espaço. Através de análise de dados e da sistematização de estudos anteriores, apresenta-se algumas lógicas de mobilidade espacial, analisada a partir das migrações e dos movimentos pendulares metropolitanos. Os resultados mostram significativas diferenças na dinâmica da população a partir da divisão social do espaço metropolitano, indicam também a coexistência de lógicas para os movimentos populacionais intermunicipais que passam tanto pela clássica relação centro-periferia como por novos padrões de mobilidade. Portanto, foi possível sistematizar tais lógicas segundo a mobilidade e imobilidade espacial na metrópole sob as perspectivas de escolha ou constrangimento.

**Palavras-chave:** Metrôpole / Mobilidade espacial / Migração / Movimento pendular.

## Abstract

This paper analyzes the spatial mobility of population in the metropolitan space, especially its relationship with the elements of urban infrastructure, such as access to housing, employment and conditions of movement in space. Through data analysis and systematization of previous studies, this paper presents some spatial mobility of logical, analyzed from metropolitan migration and commuting. The results show significant differences in the dynamics of the population according to the social division of metropolitan space, and also indicates the coexistence of different kinds of inter-cities population movements logics that goes from the classic center-periphery relationship to the new patterns of mobility as well. Therefore, it was possible to systematize such logics according to the spatial mobility and immobility in the metropolis from the perspectives of choice or constraint.

Keywords: Metropolis / Spatial Mobility / Migration / Commuting.

## 1. Introdução

Um evento fundamental da dinâmica populacional e de significativa relevância para a compreensão do espaço urbano atual são os movimentos populacionais, eventos influenciados por diversos elementos da estrutura urbana que, entre outras dimensões, podem ser analisados basicamente através das mudanças na localização da moradia, ou seja, a mobilidade residencial. Além disso, outro elemento que temos considerado tão importante quanto este e a ele relacionado se refere aos deslocamentos cotidianos no espaço urbano. Ambos os movimentos podem dar-se em distintas escalas, indo da dimensão intraurbana (no interior do próprio município) até movimentos entre grandes regiões de um país ou mesmo entre países.

O que temos chamado de mobilidade espacial refere-se tanto aos movimentos populacionais de mudança na localização da moradia quanto aos deslocamentos cotidianos para trabalho, estudo, lazer, compras, etc. A relação entre esses movimentos é ainda mais interessante, isso porque as condições para movimentar-se no espaço urbano estão estreitamente relacionadas ao lugar de moradia, afinal é de onde se parte; já a

potencialidade de mudar de residência passa por uma percepção sobre as possíveis condições de deslocar-se cotidianamente a partir desse novo lugar. Sob essa perspectiva, a mobilidade espacial não é um conceito puramente geográfico ou demográfico, é também um conceito sociológico.

A mobilidade da população é um processo social marcante na constituição do espaço urbano, já que cada vez mais esses deslocamentos populacionais ocorrem entre cidades, devido ao predomínio da população urbana. Além disso, é também um fenômeno que decorre das transformações da sociedade, dos modelos econômicos, da localização das atividades produtivas, das chances de acesso aos bens e serviços públicos e privados, entre outros fatores, faz parte das estratégias de localização no espaço urbano dos diferentes grupos sociais. Simultaneamente, a mobilidade espacial também influencia a organização da sociedade no espaço, já que a chegada de certo contingente populacional numa determinada área poderá modificar sua estrutura demográfica, suas condições de crescimento, as demandas por políticas públicas, acesso à educação, saúde, trabalho, etc.

A mobilidade espacial é uma dimensão da produção da existência, especialmente pelas mudanças ocorridas nos volumes, trajetórias e significados desses movimentos no espaço urbano, que podem relacionar-se tanto com a busca por trabalho e/ou moradia, quanto com aspectos socioculturais das pessoas e dos lugares de origem e destino. Neste sentido, para analisar um processo social como os movimentos populacionais, deve-se compreendê-lo também em sua perspectiva histórica e na relação que apresenta com a sociedade em que ocorre. É o que buscamos realizar com este ensaio considerando dimensões sociais e espaciais da Metrópole do Rio de Janeiro. (Imagem 1)



Imagem 1. Movimentos na Metr pole Fluminense Fonte: Tavares, E. (2013).

Ao reconhecer essas questões e adotar alguns procedimentos metodológicos, entendemos que podemos nos aproximar de algumas lógicas de mobilidade espacial (enquanto mudança de residência e deslocamentos cotidianos) a partir de indicadores de migraa e movimento pendular (que constituem uma *proxy* da mobilidade espacial), afinal essas dimensões ultrapassam os dados utilizados.

Este texto apresenta assim a sistematizaa de algumas lógicas de mobilidade espacial presentes no espaço metropolitano brasileiro, os resultados prov m especialmente de pesquisa recente concluída sobre a relaa entre a dinâmica urbana e populacional nas metrópoles brasileiras (Silva, 2012) e outros estudos anteriores e posteriores a esse que contribuíram para o avanço nessa reflexão. A principal referência para os apontamentos apresentados nesse texto será a Metr pole do Rio de Janeiro, localizada na Região Sudeste e a segunda maior em populaa no Brasil, exercendo a funa de Metr pole Nacional na hierarquia urbana do país (IBGE, 2008). A Metr pole do Rio de Janeiro, historicamente, sempre foi um dos primeiros espaços urbanizados do país a apresentar as mudanças na dinâmica demográfica, por exemplo. É uma das áreas das áreas do Brasil

que atualmente apresenta um estágio mais avançado do processo de envelhecimento populacional, especialmente no município do Rio de Janeiro e mais ainda na Zona Sul, que é um espaço de residência de classes mais abastadas. Em Silva (2012), o território metropolitano do Rio de Janeiro foi analisado combinando as escalas municipal e intraurbana, considerando ainda os diferenciais entre municípios a partir do núcleo (Município do Rio de Janeiro) e da periferia (os demais municípios metropolitanos). Diante da limitação dos dados e reconhecendo a diversidade social existente nessa escala, foram considerados também os diferentes tipos de área da metrópole, segundo uma tipologia socioespacial baseada na hierarquia sócio-ocupacional<sup>1</sup> (*proxy* da estrutura social da metrópole).

## 2. A mobilidade espacial na relação entre a transição urbana e demográfica no Brasil

No caso do Brasil, o pano de fundo para análise das mudanças na mobilidade espacial da população está na própria relação entre a transição urbana e demográfica, na qual os movimentos populacionais tiveram uma participação fundamental. Geralmente o conceito de transição urbana aborda a predominância da população urbana em determinado espaço, com enfoques diferenciados conforme a sociedade que se esteja considerando<sup>2</sup>. Mas podemos trabalhar com a ideia de que a transição urbana teria duas fases, uma *primeira transição urbana* seria o momento em que a população urbana supera a população rural e o grau de urbanização se eleva sustentadamente. Já o que poderíamos chamar de *segunda transição urbana* é uma fase em que as tendências de crescimento populacional urbano perdem sua força para dar lugar à acomodação dessa população dentro de seu tecido urbano (Ojima, 2006: 3 apud Silva e Monte-mór, 2010). Ou seja, a primeira seria uma dimensão mais quantitativa do processo de urbanização, já a segunda remete mais a uma dimensão qualitativa. Inicialmente, foi a elevada migração para as cidades e os filhos tidos por estes migrantes que permitiram a superação da população

---

<sup>1</sup>Para esclarecimentos sobre a metodologia de identificação da hierarquia sócio-ocupacional e a elaboração da tipologia socioespacial, conferir Preteceille e Ribeiro (1999), Ribeiro e Lago (2000).

<sup>2</sup> Torres, Alves e Oliveira, 2007; UNFPA, 2007; Ojima 2007, Alves, 2009; Ojima e Carvalho, 2009 apud Silva, Monte-mór, 2010.

urbana (ou seja, a demografia constitui o urbano). Posteriormente, o foco passa a ser a adaptação desta população no modo de viver urbano, nas condições de sobrevivência, nas formas de produzir (o urbano influenciando a demografia).

Portanto, temos apontado a perspectiva de que, num primeiro momento, durante a fase de acelerada urbanização a partir dos anos 1950/1960, os movimentos populacionais expressavam uma busca por “estar na cidade”, característica da primeira fase da transição urbana associada à transição demográfica, evidente especialmente pelos enormes contingentes populacionais que se dirigiram para o espaço urbano, especialmente para as metrópoles no caso do Brasil. Num período posterior, principalmente após os anos 1980 e de certa forma estendendo-se até a atualidade, os movimentos populacionais passam a revelar uma “busca por apropriar-se da cidade”, não só estar nesse espaço, mas conseguir viver plenamente, aproveitando as oportunidades que lhe são próprias – como condições de infraestrutura, acesso a bens e serviços públicos e privados, inserção no mercado de trabalho urbano, moradia adequada, etc.

Essa abordagem se insere no contexto das mudanças ocorridas na mobilidade espacial (entre municípios), desde movimentos populacionais massivos, como na época de intensa urbanização, para uma fragmentação dos fluxos e lógicas socioeconômicas distintas operando sobre a mobilidade, que também se torna essencialmente urbana. Diante da ausência de informações precisas, as possíveis lógicas de mobilidade espacial (SILVA, 2012) constituem uma espécie de síntese da relação entre a dinâmica urbana e populacional, pois permitem sistematizar as trajetórias e estratégias por parte da população diante dos constrangimentos da estrutura urbana, ou seja, uma possibilidade para analisar as estratégias de apropriação da cidade – o que pode orientar estudos posteriores.

Os novos sentidos para os movimentos populacionais apresentam uma duplicidade, pois se referem tanto ao movimento enquanto deslocamento, trajetória, mudança de direção,

como à lógica, razão, significado que esses movimentos passam a apresentar no contexto de desenvolvimento capitalista, da dinâmica econômica e demográfica e das transformações socioespaciais. Como visto, se antes havia fluxos migratórios massivos, com grandes eixos de movimento, passa-se a ter uma diversidade de fluxos, com origens e destinos diferenciados e, conseqüentemente, com mecanismos explicativos mais peculiares e complexos, ponto que temos defendido como crucial na busca por interpretações destes processos. Ao mesmo tempo, a dimensão da mobilidade também torna-se relevante na própria estrutura urbana da metrópole.

As tendências recentes da dinâmica demográfica metropolitana no Brasil manifestam-se através da baixa fecundidade, maior esperança de vida, mudanças na estrutura etária com o processo de envelhecimento populacional, aumento da população em idade ativa (bônus demográfico). Nesse contexto, o processo de mudanças na distribuição espacial da população passa cada vez mais pelos movimentos populacionais (Baeninger, 1998), que têm sido marcados por diminuição da migração de longa distância e maior proeminência dos movimentos intrametropolitanos.

### **3. Algumas lógicas de mobilidade espacial no espaço metropolitano**

Mais do que uma contraposição, é a relação entre mobilidade e imobilidade espacial que se apresenta marcante na estruturação do espaço urbano. Além dessa relação, é preciso considerar que, em última instância, empreender um movimento no espaço depende de uma decisão, o que pode ocultar os reais motivos para tal empreitada, fazendo sempre parecer que foi um movimento por escolha. Vainer (1998) afirma que a migração é geralmente concebida como um ato de escolha num território da liberdade, entretanto, há muitos grupos sociais que são constrangidos a se mover, ou que querem fazê-lo, mas são impedidos por condições diversas. “Deslocamentos compulsórios, restrições à circulação nos falam de um território que não é nem espaço abstrato da racionalidade, nem mera manifestação da estrutura; eles nos contam a história de um território que é

lugar do conflito e do exercício do poder” (Vainer, 2000: 828).

Na escala da metrópole, são os próprios elementos da estrutura urbana que contribuem para compreender as condições para movimentar-se no espaço e a localização das distintas camadas sociais da população. São os processos ligados às formas de provisão de moradia, à inserção no mercado de trabalho, às oportunidades educacionais, às condições de acessibilidade, às perspectivas em relação à cidade, etc., dimensões também relacionadas ao acesso ao capital econômico, social, cultural. Portanto, há uma dupla relação entre mobilidade e imobilidade nas aglomerações metropolitanas, que passam tanto por uma perspectiva de constrangimento quanto por uma perspectiva de escolha.

Para as lógicas de mobilidade espacial por constrangimento, podemos citar os movimentos migratórios em direção à periferia, relacionados muitas vezes ao movimento pendular, processo que já vem historicamente ocorrendo na realidade metropolitana brasileira e que inclusive já foi tratado por alguns autores para diversas metrópoles (Cunha, 1990; Jardim, 2001; Brito e Souza, 2005; etc.). Temos confirmado que essa lógica permanece, tendo sua maior expressão entre os que migraram para a periferia e trabalham em outro município (Silva e Rodrigues, 2010). Tal lógica da periferização está relacionada, sobretudo, a razões de moradia. Além disso, a relação com as possibilidades de realizar o movimento pendular também é marcante. Isso por que, no processo de formação/consolidação dos aglomerados metropolitanos, a localização espacial das atividades econômicas levou à formação de um mercado de trabalho metropolitano, sendo que tais atividades apresentaram uma concentração considerável em algumas áreas, conforme mostra estudo sobre a segmentação econômica na metrópole fluminense (Ribeiro, Correa e Rodrigues, 2008), principalmente nos núcleos, fazendo com que parte da força de trabalho busque se localizar próximo às áreas de emprego. Entretanto, essa “proximidade” nem sempre foi ou é possível, e a realização do movimento pendular também foi constituindo-se em uma possibilidade para garantia

das condições de sobrevivência no espaço da metrópole – é a mobilidade espacial fruto do distanciamento entre lugar de moradia e trabalho que ultrapassa o limite do município de residência.

Podemos sugerir que para aqueles que são constrangidos a se mover, a mudar de residência por razões alheias a sua vontade, ou para aqueles que estão “presos” a determinados territórios, há uma situação de vulnerabilidade. Para Kaztman (1999), a vulnerabilidade passa pela incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio em utilizar as oportunidades disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, a fim de aprimorar sua situação social e qualidade de vida ou evitar sua piora nessas condições. As formas de aproveitar essas oportunidades passam em grande medida pela acessibilidade ao capital social, econômico, cultural; se tal acesso é restrito, as chances de mobilidade por escolha são menores (Bourdieu, 1997), restará a mobilidade por constrangimento ou a imobilidade.

Além disso, ainda persiste em algumas metrópoles a migração de longa distância especialmente para o núcleo (Brito, 2009; Silva, 2012), apresentando uma dupla lógica de mobilidade no caso da Metrópole do Rio de Janeiro: uma superior e outra inferior, uma que se dirige para áreas consideradas superiores na hierarquia socioespacial, e outra para áreas populares, respectivamente – geralmente são áreas de mobilidade migratória mais antiga e imobilidade pendular. Sobre as migrações que ainda ocorrem para os núcleos metropolitanos, há predominância de fatores de ordem econômica; quanto aos motivos das migrações nas regiões metropolitanas, os núcleos ainda exercem forte atratividade por motivos de trabalho (Silva, 2012). O que poderíamos chamar de segmento inferior neste tipo de movimento também é um exemplo de lógica de mobilidade espacial por constrangimento, refere-se à força da inércia das trajetórias migratórias anteriores que foram construídas durante um longo período como o único caminho para a sobrevivência social, principalmente durante a intensa urbanização. Ou seja, pode haver ainda uma inércia da primeira fase da transição urbana relacionada à conquista da

cidade, no caso de estar na metrópole, já que não há uma articulação perfeita no tempo e no espaço entre as racionalidades dos processos históricos. Citando o caso de São Paulo, por exemplo, Brito (2009) coloca que ainda é comum o fato de muitos continuarem migrando para São Paulo, ou qualquer outro grande centro urbano, mesmo diante de condições distintas daquelas encontradas até os anos 1970. Ou seja, devido a longos anos de instauração de redes sociais e da esperança por ainda encontrar trabalho em grandes cidades, tais movimentos podem se manter, mesmo que as condições objetivas sejam contrárias. Entretanto, cada vez menos migrantes tenderão a percorrer tal trajetória com a motivação que predominava até os anos 1980. Outra dimensão desse processo é que cresce a ocorrência das etapas migratórias num período de tempo mais curto. Ou seja, essa lógica relacionada à migração de longa distância por camadas mais desfavorecidas economicamente, pode gerar posteriormente uma re-emigração, seja de retorno, seja para áreas mais periféricas.

**As lógicas de mobilidade espacial por escolha** também podem operar sobre a outra face da dupla lógica de mobilidade na migração de longa distância no núcleo, tendo como exemplo a migração interestadual para áreas superiores. Em trabalho anterior sobre a metrópole fluminense (Silva, 2009), também foi possível indicar que tal movimento envolve geralmente uma população mais abastada, que migra por motivos de trabalho ou estudo, tem sua expressão maior entre os profissionais de nível superior, sugerindo que deve haver uma articulação mais estável no destino, o núcleo da metrópole do Rio de Janeiro.

Em áreas de maior concentração de população com melhores condições socioeconômicas, na perspectiva do movimento pendular, também identificamos uma mobilidade por escolha de categorias com melhor posição na hierarquia sócio-ocupacional, ou seja, para os poucos que saem, a saída deve ser vantajosa. Para estes, podemos nos aproximar daquilo que Virilio (1994, apud Haesbaert, 2004) chama de “novos nômades” – os intelectuais globalizados, ou executivos de grandes corporações,

entre outros deste tipo, cujo deslocamento está traçado dentro de um circuito previsto e articulado, devendo existir várias alternativas possíveis. Na Metrópole do Rio de Janeiro, um exemplo dessa mobilidade pendular por escolha também deve ocorrer para parte da população de Niterói que trabalha no Rio, especialmente entre os migrantes intrametropolitanos com maiores rendimentos.

Há ainda uma lógica relacionada à mobilidade migratória para a periferia que pode ser por escolha. Para alguns novos padrões migratórios, como as migrações de retorno ou processos de suburbanização, destacam-se aspectos subjetivos que motivam as migrações, para além dos fatores econômicos. Nessas lógicas, é possível identificar que “o principal objetivo é a busca por melhor qualidade de vida, tranquilidade, proximidade da família etc. Neste caso, alguns migrantes consideram que a migração alcançou seu objetivo, mesmo quando houve redução da renda familiar” (Lisboa, 2008: 91).

Sobre tais perspectivas de periferização e/ou de suburbanização nas metrópoles brasileiras, temos identificado que a segunda perspectiva pode constituir-se numa linha de investigação, até para um exercício empírico e conceitual comparando a realidade brasileira com as perspectivas de suburbanização em outros países, já que surgem novos padrões migratórios na metrópole. Entretanto, essa lógica de mobilidade espacial na perspectiva da suburbanização foi identificada de maneira muito pontual na Metrópole do Rio de Janeiro.

Ainda temos indícios de que tal perspectiva de expansão urbana mais próxima da suburbanização deve extrapolar os limites metropolitanos, abrangendo áreas que autores como Randolph (2007) chama de perimetropolitanas, imediatamente após os limites da metrópole. Embora essa seja uma proposta, nossa investigação tem conduzido a sugerir que ainda predomina a primeira perspectiva, envolvendo mais processos de periferização, nas quais seriam áreas mais pobres e populares que atrairiam mais pessoas que saem de áreas mais centrais.

Ao analisar os movimentos populacionais em sua relação com alguns elementos da estrutura urbana das metrópoles brasileiras, é impossível deixar de identificar a lógica da imobilidade no espaço. Se ao falar de mobilidade espacial, é preciso seguir diversificados caminhos para se aproximar das perspectivas de escolha ou constrangimento, ao tratar sobre a imobilidade, a questão se torna ainda mais complexa, já que a imobilidade pode ser por escolha ou constrangimento, mas também por simples acomodação – quando não há um interesse em mover-se.

Entretanto, o estudo recente sobre mobilidade espacial nas metrópoles brasileiras (Silva, 2012) também sugere que operam **lógicas de imobilidade espacial por constrangimento**, ou seja, grupos sociais que podem não ter empreendido movimento migratório ou não realizarem movimento pendular por terem sido forçados a isso, um exemplo é a existência de uma imobilidade pendular em algumas áreas da periferia. Já que ainda há boa parte da população trabalhadora que faz movimento pendular e para os que ficam geralmente estão inseridos em proporções maiores nas ocupações mais inferiores de uma hierarquia sócio-ocupacional, fica a dúvida para estes que não trabalham em outro município. Essa imobilidade pendular pode ocorrer pela ausência de condições sociais, econômicas, culturais e até políticas de disputar uma vaga em áreas mais centrais, ou seja, dependerá das chances de acessar a estrutura de oportunidades. Esse contingente tem sua expressão entre aqueles que ficam no município e têm menores rendimentos e escolaridade, por exemplo.

Lago (2007) aciona a tese que tem sido apresentada pela mídia e órgãos públicos sobre uma crescente imobilidade dos pobres urbanos, o que muito se relaciona com a reflexão sobre lugar de moradia e de trabalho. A autora identifica que enquanto o aumento da imobilidade para os profissionais de nível superior e pequenos empregadores na periferia parece ocorrer por segundo um processo virtuoso, para os ambulantes e biscateiros e ainda os desempregados, por exemplo, parece ocorrer imobilidade sob uma dinâmica desfavorável, pois que inseridos em uma economia popular marcada pela precariedade

das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, a autora também identifica uma expressividade do desemprego em algumas áreas que também pode sustentar a hipótese da imobilidade dos pobres.

Sob outra perspectiva, para esses grupos na periferia que não se deslocam para outro município também podem operar lógicas **de imobilidade espacial por escolha**. Na Metrópole do Rio de Janeiro, essa imobilidade pode estar relacionada a uma dinamização do mercado de trabalho local que permite essa retenção, para o que dois fenômenos podem ter contribuído: “a expansão da economia urbana inerente ao próprio processo de urbanização e a crise econômica, na década de 1980, reduzindo a oferta de trabalho no núcleo metropolitano” (Lago, 2008: 16). Além disso, também pode estar difundindo-se uma “preferência” por um local de trabalho mais próximo, para desvencilhar-se do drama do deslocamento urbano, principalmente entre municípios. Além disso, as dimensões do ciclo de vida e dinâmica intergeracional também podem ser consideradas, já que quanto a maior idade ou em etapas mais consolidadas do ciclo de vida, menor a potencialidade de realizar maiores deslocamentos frequentes. Apesar desses elementos mais subjetivos, que são difíceis de apreender, estudos sobre o mercado de trabalho na metrópole fluminense indicam claramente que há um efeito da segmentação econômica do espaço metropolitano que interfere diretamente sobre as chances de inserção ocupacional e também de obtenção da renda correspondente às características dos trabalhadores (Ribeiro, Correa e Rodrigues, 2008; Ruiz e Pereira, 2007).

Ainda no que se refere às lógicas de imobilidade espacial, podemos apontar sua forte ocorrência no núcleo da metrópole. Essa imobilidade passa provavelmente por perspectivas relacionadas à escolha, de certa forma, uma acomodação presente especialmente em áreas de ocupação urbana mais consolidada. Para a população dessas áreas deve haver uma força na relação com o lugar que envolve os aspectos familiares, as redes sociais (que podem ter potencializado um movimento no caso dos migrantes), e uma articulação no mercado de trabalho local, além da acomodação espacial de classes

sociais diferentes, indicada por diversos autores na cidade do Rio de Janeiro. Ressalta-se que a imobilidade vista aqui é a intermunicipal, se fosse observada a mobilidade ou imobilidade intraurbana, a perspectiva seria outra, como mostram Ribeiro, Correa e Rodrigues (2008). Nesse sentido, a imobilidade da qual temos tratado (em que não há o deslocamento para outros municípios) deve relacionar-se a uma integração no mercado de trabalho do próprio município, mesmo que em condições às vezes precárias, especialmente em termos de habitação, como para certos grupos sociais que moram em favelas.

Segundo Ribeiro (2008), temos enfrentado os efeitos de uma das características do modelo de desenvolvimento capitalista atual, "o descasamento entre a hiper mobilidade do capital e da riqueza, em contraposição à imobilidade da força de trabalho" (Ribeiro, 2008: 223), essa imobilidade certamente está ligada aos custos com o transporte, que também afeta a mobilidade no interior da própria cidade, como os núcleos metropolitanos. Simultaneamente, o autor também indica que há uma crescente segmentação do mercado de trabalho decorrente das mudanças das estruturas produtivas das metrópoles, em que o desemprego não é o traço mais relevante a ser destacado, "mas a geração da instabilidade dos laços com o mundo do trabalho e a transformação do regime de mobilidade sócio-ocupacional que vigorou no modelo anterior" (Ribeiro, 2008: 223). Portanto, podemos sugerir que nas periferias dos próprios municípios-núcleo há uma integração no mercado de trabalho, mas nem sempre em condições estáveis.

Portanto, há uma diversidade de tipos de movimentos que são cada vez mais particulares em seus respectivos fluxos, pois enquanto o processo de periferização ainda permanece nas lógicas de mobilidade espacial, há a emergência de novos padrões de mobilidade nas cidades, como o processo de suburbanização expressando novas perspectivas em relação às cidades, mesmo que numa dimensão ainda reduzida se comparado ao processo anterior. Informações mais recentes sobre as dimensões tratadas

aqui poderão nos indicar se essa será uma tendência. Como citado no exemplo tomado da metrópole do Rio de Janeiro trabalhado em Silva (2012), e mediante as mudanças na dinâmica interna da metrópole com diversificação da relação centro-periferia, podemos concluir sugerindo que coexistem distintas lógicas de mobilidade e imobilidade espacial no espaço urbano, que passam tanto pela perspectiva de escolha como de constrangimento.

#### 4. Referências Bibliográficas

**Baeninger, R. (1998).** Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* 15 (2), 67-78.

**Bourdieu, P. (1997).** Efeitos do Lugar. En: Bourdieu, P., *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 159-166.

**Brito, F.; Souza, J. (2005).** Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles. O significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva* 19(4), 48-63.

**Brito, F. (2009).** As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

**Cunha, J. M. Pinto da (1990).** Migração Intrametropolitana em São Paulo: um fenômeno multiface. En: *VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1990, Caxambú, MG. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Belo Horizonte - MG: ABEP.

**Haesbaert, R. (2004).** O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2008).** Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, IBGE.

**Jardim, A. de P. (2001).** Mobilidade intrametropolitana: o caso do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro.

**Kaztman, R. (1999).** Activos y Estructuras de Oportunidades: un estudio sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay (Coordinador). CEPAL/UNDP: Uruguay.

**Lago, L. (2007).** Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole* (18),275-293.

**Lago, L. (2008).**O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a 'periferia' que virou 'centro'. *Anaisdo Encontro da ABEP*.

**Lisboa, S. S. (2008).** Os Fatores Determinantes dos Novos Movimentos Migratórios. *Revista Ponto de Vista* 5,81-96.

**Preteceille, E.; Ribeiro, L. C. (1999).**Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *EURE25* (76).

**Randolph, R. e Gomes, P. H. (2007).** Urbanização, movimento pendular e migração: surgem novas territorialidades em áreas peri-metropolitanas? O caso do Rio de Janeiro. En: *Anais da V Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas, ABEP*.

**Ribeiro, L. C.; Correa, F. de S.; Rodrigues, J. M. (2008).** Segregação e Segmentação Urbanas e Mercado de Trabalho: Estudo a partir da metrópole do Rio de Janeiro. Observatório das Metrópoles – Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro.

**Ribeiro, L.C. (2008).**Para onde vão as cidades brasileiras? En: Velloso, J. P. dos Reis. *O Amor Em Tempos de Desamor e o Enigma: o Brasil Tem Jeito?*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

**Ribeiro, L. C.; Lago, L. (2000).**O Espaço Social das Grandes Metrópoles Brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* 2(3), 111-129.

**Ruiz, R. M. e Pereira, F. B. (2007).**Estrutura e Dinâmica Espaço-Temporal das Metrópoles Brasileiras. Observatório das Metrópoles – Relatório. Rio de Janeiro.

**Silva, E. T. (2009).**Migração e Pendularidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Uma Análise Socioespacial da Mobilidade. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional da ANPUR.

**Silva, É. T.; Rodrigues, J. M. (2010).**Mobilidade Espacial nas Metrópoles Brasileiras. *Revista Territorios, Bogotá-Colômbia* (22).

**Silva, É. T. (2012).** Estrutura Urbana e Mobilidade Espacial nas Metrópoles. Tese de Doutorado – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

**Silva, H.; Monte-mór, R. L. (2010).** Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu. Disponível em:

[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_3/abep2010\\_2530.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_2530.pdf)

**Tavares, E. (2013).** Estrutura Urbana e Mobilidade Espacial. Rio de Janeiro : Letra Capital.

**Vainer, C. B. (1998).** Deslocamentos Compulsórios, Restrições à Livre Circulação: Elementos para um Reconhecimento Teórico da Violência como Fator Migratório. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*

**Vainer, C. B. (2000).** Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia – Revista do Migrante* XIII (36), 15–32.